

Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC) e os estudos sobre a cultura escolar

Center for the Memory of Education in Southern
Santa Catarina and the studies on the culture of schools

Giani Rabelo
gra@unesc.net

Marli de Oliveira Costa
moc@unesc.net

Resumo: O presente artigo apresenta e problematiza o processo de implantação do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC), projeto realizado pelo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME). Com o intuito de criar uma cultura voltada para a preservação da memória dos educandários, junto às comunidades escolares, além de instigar pesquisas acadêmicas no campo da história da educação, os membros do GRUPEHME decidiram criá-lo em meio digital. Em um primeiro momento, são apontadas as motivações para a implantação do referido centro, em seguida, são apresentadas algumas reflexões sobre a contribuição da mídia digital e as pesquisas no campo da história da educação, posteriormente, é tratado sobre o seu processo de implantação e, por último, o CEMESSC é problematizado como lócus de pesquisa.

Palavras-chave: patrimônio escolar, cultura material escolar, arquivos escolares.

Abstract: This article discusses the process of implementation of the Center for the Memory of Education in Southern Santa Catarina (CEMESSC), a project carried out by the Research Group on Education History and Memory (GRUPEHME). Aiming to create a culture dedicated to preserving the memory of educational institutions among school communities and to stimulate academic research in the field of history of education, members of GRUPEHME decided to create it in digital media. Initially, the article describes the motivations for the implementation of the center, then it presents some reflections on the contribution of digital media and research in the field of history of education, subsequently it deals with the center's implementation process, and finally the CEMESSC is discussed as a locus of research.

Keywords: school heritage, material culture of schools, school archives.

Introdução

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.

Em cofre não se guarda coisa alguma.

Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por

admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por

ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,

isto é, estar por ela ou ser por ela.

[...]

(Cícero, 2008, p. 11)

O Grupo de Pesquisa em História e Memória da Educação (GRUPEHME¹) foi criado em 2001, e, desde então, seus membros já desenvolveram um número considerável de estudos. Na maioria dos projetos concluídos ou em andamento, seus/suas pesquisadores/as, acadêmicos/as e colaboradores/as têm buscado alcançar a história das instituições escolares públicas e privadas do extremo sul catarinense. Em decorrência das investigações realizadas, ao longo do tempo, atividades também foram desenvolvidas com o intuito de suscitar o interesse pela preservação dos acervos escolares.

No final de 2008, ao avaliarem o percurso investigativo trilhado no campo das instituições escolares, seus membros concluíram que seria importante atuar de forma mais incisiva na preservação do patrimônio escolar em função do processo significativo e, ao mesmo tempo, alarmante de destruição de fontes documentais, iconográficas e museológicas que colocam em risco a memória da educação escolar.

A partir dessa deliberação, foi desenvolvido um projeto para a captação de recursos a fim de implantar o Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (virtual) (CEMESSC). O referido centro engloba 27 (vinte e sete) escolas estaduais, sendo 11 (onze) delas localizadas nos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC²), 11 (onze) da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC³) e 5 (cinco) da Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL⁴).

A preservação da memória e do patrimônio escolar têm sido as maiores preocupações do GRUPEHME, desde a sua implantação. Seus membros entendem que os documentos acumulados pelas escolas precisam ser socializados, a fim de possibilitar uma maior interação entre a pesquisa e o ensino, não só de graduação e pós-graduação, mas também com a educação básica, pois a história dos estabelecimentos escolares deve ser objeto de conhecimento não só do mundo acadêmico, mas, sobretudo, das comunidades escolares. Além disso, esta história deve ser construída de forma coletiva, pois os membros das comunidades escolares são os seus principais sujeitos.

Os vestígios encontrados nas escolas oferecem um terreno fértil para a compreensão da materialidade das relações que são construídas, historicamente, no cotidiano da escola e fora dela. Dito de outra forma, “essa intensa materialidade, suporte de uma escrita institucional, profissional ou escolar convive com um conjunto também significativo

de objetos e móveis que, se não se apresentam imediatamente como registros documentais do passado, portam vestígios das práticas escolares instituídas historicamente” (Vidal, 2005, p. 4). Deste modo, a guarda e a preservação desses vestígios escolares contribuem para a realização de pesquisas sobre a trajetória histórica dos educandários e, também, sobre as práticas e saberes desenvolvidos no seu interior, ou seja, “muito podem dizer sobre métodos de ensino, disciplina, currículo, saberes escolares, formação de professores” (Lopes e Galvão, 2005, p. 83).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar as motivações que levaram ao processo de implantação do CEMESSC, algumas reflexões sobre a contribuição da mídia digital e as pesquisas no campo da história da educação, bem como o CEMESSC enquanto *locus* de pesquisa e o seu processo de implantação.

Entre a empiria e a teoria: as motivações para a implantação do CEMESSC

Os arquivos escolares têm sido *locus* de muitas pesquisas, no campo da história da educação, nos últimos anos. Parafraseando Nora (1993), pode-se afirmar que tais arquivos são “lugares de memórias”, visto que neles a memória social se ancora e pode ser alcançada pelos sentidos, porque adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e, além disso, neles a memória coletiva, ou identidade, expressa-se e revela-se. Por meio dos arquivos escolares é

¹ O GRUPEHME conta, além de fomento externo, com recursos da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Extensão/UNESC e está cadastrado no CNPq. Suas líderes são as professoras doutoras Giani Rabelo e Marli de Oliveira Costa.

² Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

³ Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaiivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

⁴ Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão.

possível adentrar no “universo das letras, das palavras, do deciframento do mundo” (Mignot, 2003, p. 7). Por meio deles nos transpomos para o espaço escolar e nos aproximamos das culturas escolares que foram sendo construídas pelos vários sujeitos que delas fizeram parte. Por esta razão, o assunto “arquivo escolar” exige de nós, historiadores da educação, uma profunda reflexão, tamanha sua importância para as nossas investigações.

Concordamos com Maria João Mogarro (2005, p. 104), quando ela sugere que

Os arquivos e as informações que os seus documentos possuem permitem introduzir a uniformidade na análise que se faz sobre os vários discursos produzidos pelos atores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas sobre a escola. O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas. O cruzamento que se estabelece entre os dados obtidos, através da análise dos documentos de um arquivo escolar, permite realizar correlações estreitas entre as diversas informações, revelando um elevado índice de *coerência e lógica internas* do fundo arquivístico e o papel fundamental dos seus documentos para a compreensão da organização e funcionamento da instituição escolar que os produziu.

Mas é preciso lembrar que os documentos oficiais não são os únicos a apresentarem indícios sobre os itinerários das instituições escolares, uma vez que o processo de alargamento dos temas, vivenciado pela história da educação, tem contribuído para a ampliação do uso das fontes, pois os documentos oficiais mostram-se insuficientes para o conhecimento das práticas

realizadas no cotidiano escolar e suas nuances. Neste sentido, Lopes e Galvão (2005, p. 81) certificam que “é difícil, por exemplo, senão impossível, penetrar no cotidiano, da escola de outras épocas somente através da legislação ou de relatórios escritos por autoridades de ensino”.

Em nossas pesquisas, realizadas por meio do GRUPEHME, os documentos textuais, orais e etnográficos têm ocupado uma centralidade desde 2001. Seus membros têm desenvolvido boa parte de seus estudos a partir dos documentos encontrados nas diferentes escolas investigadas, localizadas na região sul do Estado de Santa Catarina.

Temos o entendimento que um documento só se torna um documento histórico quando o pesquisador passa a fazer perguntas a ele. Além disso, todo documento, seja ele escrito, oral ou iconográfico, é um monumento. Para Le Goff (2003, p. 545), todo documento tem em si um caráter de monumento, pois não existe memória coletiva bruta. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”.

Porém, os arquivos escolares são vítimas recorrentes da cultura do descarte, pois não há o hábito da guarda da materialidade produzida nas escolas. Muitos estabelecimentos queimam papéis antigos com a justificativa de que são inúteis. Guarda-se muito pouco dos registros. Em geral, ficam aqueles produzidos pela administração escolar que contêm apontamentos da vida estudantil de discentes. Praticamente, não se preserva nada das produções escolares dos/as professores/as e alunos/as.

A cada nova gestão que assume a escola, vários documentos são descartados com o argumento de que é preciso fazer uma faxina. Muitas

vezes, o que não vai para o lixo fica “guardado” em péssimas condições; é o que acontece com os documentos que são alocados no chamado “arquivo morto”, por exemplo. Os suportes documentais, em sua maioria, encontram-se corroídos por pragas, jogados em ambientes úmidos sem ventilação, cheios de poeira e em meio aos equipamentos em desuso e aos produtos químicos utilizados nas escolas, ou seja, esses acabam reunidos no “arquivo morto”, ficando em verdadeiros depósitos ou, até mesmo, em locais de difícil acesso.

Muitos deles estão em vias de desaparecer, literalmente se desmanchando, por falta de condições de preservação, desconhecimento por parte dos gestores e gestoras e, certamente, por ausência de uma política pública voltada à preservação do acervo escolar. Todavia, a situação fica ainda mais gritante quando se trata dos utensílios e artefatos escolares. Sobre esta realidade, Vidal e Silva (2010, p. 34) constata que:

Tornaram-se recorrente na socialização de trabalhos feitos com acervos desta natureza reclamações e desabaços sobre as más condições de acesso, a frágil organização da massa documental, a escassez de exemplares que possam testemunhar as práticas escolares. De todo modo, situação ainda mais “dramática” acomete os artefatos e utensílios escolares que na maior parte das vezes foram descartados para dar lugar a novas aquisições ou por terem se tornado obsoletos na rotina escolar. Se por um lado livros e documentos impressos, ainda que escassos, são mais facilmente encontrados, os exemplares de carteiras, lousas, globos, quadros parietais, abecedários e uniformes praticamente desapareceram da cena pública. Mesmo em escolas consideradas ícones de uma época, na maioria das vezes, restou a edificação, quando não foi sugada pela especulação imobiliária [...].

Ora, toda a variedade constituinte da cultura material escolar se apresenta como “bens móveis” do patrimônio cultural, como apresenta o artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Por patrimônio cultural entendem-se os bens com valores artísticos, naturais e históricos. No entanto, alguns estudos apontam para diversos problemas de preservação do patrimônio cultural. Dentre os bens a serem protegidos, o bem móvel tem sido o mais difícil de ser salvaguardado, pois é recente a preocupação pública com os “bens culturais móveis” (Souza Filho, 1999, p. 43). Observa-se que o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que busca definir a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, foi criado na década de 1990, conforme o que consta no art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. E o mesmo só foi regulamentado pelo decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. A lei, que prevê em seus parágrafos quem deve cuidar, como cuidar e preservar documentos considerados importantes para a história das diferentes formas de organização da sociedade, entre elas as escolas, é desconhecida nos educandários que o GRUPEHME investigou.

Diante desse quadro preocupante, o GRUPEHME decidiu pela implantação do CEMESSC, a partir da obtenção de recursos, por meio da aprovação de projetos junto à agências de fomento⁵. Trata-se de um centro virtual que abarca as escolas mais antigas da rede pública

estadual do extremo sul catarinense. Nele estão disponíveis documentos digitalizados, além de imagens de antigos objetos e das atuais arquiteturas escolares. Esta iniciativa não pode ser vista isoladamente, uma vez que presenciamos um movimento nacional e internacional de interesse pela preservação e valorização do patrimônio da educação no campo científico. De acordo com Mogarro (2010, p. 158):

Articulando linhas de investigação, neste domínio, com iniciativas de grande fôlego que conferem visibilidade à história da escola e ao patrimônio da educação em vários países, surgiram, nos últimos anos, publicações cujos atores pertencem às comunidades científicas da história da educação e estão, simultaneamente, ligados à criação, revitalização e direção de centros e museus de educação de prestígio internacional.

O CEMESSC foi concebido na perspectiva da história da educação, segundo a qual se busca a valorização de todos os sujeitos envolvidos no processo de escolarização, com vistas a oferecer visibilidade às experiências esquecidas pela história oficial. Além disso, seus/suas idealizadores/as estão ancorados em concepções que pressupõem uma História que não dá conta da totalidade, ao reconhecerem sua complexidade; não se pautam numa história única sobre o que aconteceu, mas admitem a multiplicidade de narrativas; não entendem as mudanças sociais como um processo retilíneo, causal, contínuo; não aceitam que o passado seja explicado por uma única história; não trabalham com a ideia de que as coisas são contadas da forma

como realmente aconteceram, tampouco se pautam no juízo de que existem normas, leis e modelos que explicam e governam a realidade. Portanto, dialogando com Walter Benjamin (1994, p. 224), partilham com uma de suas teses sobre o conceito de história: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi”. Nessa concepção, o passado não é algo estático, pronto e acabado.

Nesse sentido, o passado a ser elaborado é ressignificado, pois cada historiador pode fazê-lo a partir de uma determinada condição no presente, ou seja, a partir de um determinado lugar. Não existe uma história universal e total, mas várias histórias, vários recortes que compõem uma pluralidade. Por essa razão, não é possível conhecer o passado “como ele de fato foi”, porque ele se altera, dependendo das leituras e releituras que são feitas a seu respeito. O passado está sendo construído e reconstruído a todo o momento, não é algo morto e sepultado, mas algo vivo e presente. Não é possível separar o passado do presente, pois formam um conjunto de experiências indissociáveis. Vivemos no nosso cotidiano temporalidades múltiplas, um tempo heterogêneo.

Em meio aos objetivos do CEMESSC, destacam-se: colaborar para o fortalecimento de uma cultura científica voltada à história da educação junto às comunidades escolares; oportunizar a (re)construção da história dos educandários; proporcionar experiências educativas para que as comunidades escolares se sensibilizem sobre a importância da preservação do patrimônio escolar e, por último, ampliar o número de pesquisas acadêmicas, no campo da

⁵ Este projeto vem sendo desenvolvido desde março de 2009, contando com recursos do CNPq (Edital MCT/CNPq nº. 42/2007 – Difusão e Popularização da C&T), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), por meio de programas de apoio à pesquisa e Cátedras IPEA/CAPES para o desenvolvimento – Chamada Pública 001/2010.

História da Educação, em nível de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

A decisão pela implantação do CEMESSC sustentou-se na ideia de que as mídias digitais, tendo como ambiente a *internet*, oportunizam a democratização das informações e são cada vez mais reconhecidas como um importante recurso a fim de assegurar o acesso a documentos, muitas vezes, inacessíveis, podendo promover a construção de reflexões acerca dos educandários e suas culturas materiais e imateriais⁶. Neste sentido, as mídias digitais, a partir do acesso cada vez maior à *internet*, têm possibilitado consultas a sítios criados com o objetivo de preservar e divulgar fontes e documentos, ampliando significativamente as possibilidades de pesquisa nos acervos de história da educação.

Ao possibilitarmos a socialização desses documentos, enquanto fontes de pesquisa para a produção científica, temos o intuito de garantir o direito à cultura de todo cidadão e cidadã das comunidades escolares e, por conseguinte, à memória coletiva e ao passado histórico. Desse modo, a memória da educação é estabelecida como um dos referenciais da identidade cultural e um instrumento que permite o exercício da cidadania, uma vez que o direito à memória histórica é parte da concepção de cidadania cultural.

A opção por um centro virtual também se pautou no pressuposto de que os documentos e objetos não devem ser retirados das escolas, pois, deste modo, o GRUPEHME não estaria contribuindo para uma cultura de preservação e valorização do patrimônio escolar.

Algumas reflexões sobre a contribuição da mídia digital e as pesquisas no campo da história da educação

Nos últimos anos, os/as historiadores/as da educação têm se deparado, cada vez mais, com documentos digitalizados em suas práticas investigativas. Para Valente (2005, p. 187), isso vem ocorrendo devido ao fato de que “são os problemas relativos à preservação do patrimônio documental e sua progressiva deterioração que vêm motivando iniciativas em todo o mundo de elaboração de bibliotecas e acervos virtuais”.

São várias ações, dentro e fora do país, financiadas por universidades, governos e órgãos de fomento. Entretanto, é preciso lembrar que, além da preocupação em preservar o patrimônio escolar, esse movimento está ligado aos novos desafios lançados às pesquisas de história da educação.

De acordo com Razzini (2008), os anos de 1990 foram férteis na organização de bancos de dados informatizados, contudo, havia restrições quanto ao acesso, que foram sendo superadas com a introdução de novas tecnologias.

Quando se tornou possível o desenvolvimento de bancos de dados em plataformas para a internet, com linguagens e transmissão de dados cada vez mais rápidos e leves, enquanto máquinas, programas e suportes de armazenamento ficavam cada vez mais potentes e capazes de guardar e transmitir quantidades imensas de dados (Razzini, 2008, p. 141-142).

A experiência moderna digital tem levado à anuência de que a digi-

talização é uma das alternativas mais eficientes e seguras para se guardar e consultar amplas quantidades de documentos, uma vez que ela converte imagens do papel para arquivos em meio eletrônico. Neste sentido, não se pode negar as vantagens do armazenamento em meio eletrônico, tais como: “redução de áreas de arquivamento, redução no tempo de recuperação da informação, rapidez para atualização dos dados, possibilidade de acesso por mais de um usuário, possibilidade de manter cópias de segurança” (Martins *et al.*, 2001, p. 3-4). Entretanto, é preciso saber que não existem somente vantagens nesse processo; as desvantagens são as “constantes mudanças de mídia com custos associados imprevisíveis, obrigatoriedade da existência de equipamento e *software* para recuperação do dado, e inexistência de valor jurídico” (Martins *et al.*, 2001, p. 3-4). Mesmo reconhecendo as vantagens e desvantagens da digitalização de documentos, há de se considerar que se trata de um mecanismo bastante importante para o desenvolvimento dos estudos na área da história da educação, principalmente no que diz respeito à possibilidade de acesso por vários pesquisadores/as. Valente (2005), ao comungar dessa ideia, pondera:

Essa forma de trabalho busca romper com práticas de pesquisa individuais que, após utilizarem materiais e documentos, selecionados cuidadosamente, para dar sustentação empírica às teses, dissertações e monografias, abandonam essas fontes à sua própria sorte, dificultando sobremaneira o seu uso por outros pesquisadores. Desse modo, a todo tempo, torna-se necessário refazer o trajeto que pode levar a tais materiais. Porém, nem

⁶ Por cultura material escolar entende-se o conjunto de artefatos cuja existência, uso e significado estão vinculados historicamente ao processo de escolarização. Já por cultura imaterial escolar compreendem-se os bens culturais intangíveis, abrangendo as expressões culturais, as tradições. Os saberes escolares, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, festas, músicas, costumes que circulam no ambiente escolar são manifestações desta cultura.

sempre é possível encontrá-los uma vez mais nas mesmas condições de utilização, tampouco nos mesmos lugares. Explica-se: processos de deterioração, mudanças físicas de locais de guarda, por exemplo, apagam, às vezes por completo, o caminho de acesso aos documentos (Valente, 2005, p. 177).

A digitalização preserva o original, evitando o seu manuseio e disponibiliza o conteúdo a um grande número de pesquisadores e pesquisadoras. Porém, se faz necessário banir a noção de que a digitalização deva “conduzir à relegação ou à destruição dos objetos impressos do passado”, como aponta Chartier:

[...] com as possibilidades e promessas da digitalização, a ameaça de outra destruição não se afastou definitivamente. Como leitores, como cidadãos, como herdeiros do passado, devemos, pois, exigir que as operações de digitalização não ocasionem o desaparecimento dos objetos originais e que seja sempre mantida a possibilidade de acesso aos textos tais como foram impressos e lidos em sua época (Chartier, 2002, p. 29).

Além da observação de Chartier (2002), é preciso lembrar que o acesso aos documentos pela *web* “não substitui o contato pessoal e único do pesquisador com as fontes e documentos” (Razzini, 2008, p. 147). Mesmo reconhecendo as vantagens da digitalização dos documentos, tem-se consciência das barreiras que ainda se poderão encontrar futuramente, uma vez que

Os processadores, os programas, os suportes, enfim, todo o aparato informático está constantemente em mutação, o que obriga uma contínua atualização da parafernália digital, sob o risco de não haver mais como consultar um determinado documento armazenado num suporte antigo (Razzini, 2008, p. 147).

No processo de implantação do CEMESSC não se tem abandonado a importância da preservação dos suportes das fontes documentais, iconográficas e museológicas. Os membros do GRUPEHME vêm desenvolvendo algumas atividades a fim de contribuir para sensibilizar as escolas sobre a preservação da materialidade no próprio ambiente escolar.

A implantação do CEMESSC tornou-se, para os membros do GRUPEHME, um dos maiores desafios dos últimos anos, pois lidar com as novas mídias é algo temeroso, causando receio e insegurança. Tais sentimentos são resultantes do nosso desconhecimento sobre os saberes da área de informática; por isso, a importância de se trabalhar com parcerias e equipes interdisciplinares.

O Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC) e o processo de implantação

Iniciou-se inventariando as primeiras escolas públicas da rede estadual do sul de Santa Catarina. Após a identificação da localização dessas, fizeram-se as visitas *in loco* com o objetivo de apresentar o projeto do CEMESSC às equipes gestoras e solicitar autorização para que os prédios escolares, mobilias e objetos fossem fotografados e os documentos (textuais e iconográficos) digitalizados.

O CEMESSC engloba 27 (vinte e sete) escolas estaduais localizadas nos municípios da AMREC, AMESC e AMUREL, conforme a Figura 1.

Nem todas as cidades que compõem as microrregiões foram envolvidas e, conseqüentemente, nem todas as escolas mais antigas. O critério de escolha pautou-se na data de criação e emancipação dos municípios, ou seja, priorizaram-se

os municípios com maior tempo de existência ou emancipação. No início do projeto havia a intenção de abarcar todas as cidades, mas, devido ao grande número de estabelecimentos, os membros do GRUPEHME tiveram que redimensionar a abrangência do CEMESSC, a fim de concluir o projeto no tempo previsto. Ao todo, as três microrregiões somam 42 (quarenta e dois) municípios, o que resultaria no envolvimento do mesmo número de escolas. Isso não aconteceu, pois 57% foram atendidas pelo grupo, fato esse que não impede futuramente que o restante dos estabelecimentos seja envolvido, em uma segunda etapa do projeto. Ao todo foram 27 (vinte e sete) escolas e municípios abarcados, conforme o Quadro 1.



Figura 1. Microrregiões do sul de Santa Catarina.

Figure 1. Microrregions of Southern Santa Catarina.

Fonte: Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC, s.d.).

Quadro 1. Escolas do CEMESSC.**Chart 1.** CEMESSC schools.

Escolas – AMREC	Cidade
E.E.B. Udo Deeke	Treviso
E.E.B. Padre Schuller	Cocal do Sul
E.E.B. Costa Carneiro	Orleans
E.E.B. Salete Scotti dos Santos	Içara
E.E.B. Visconde de Taunay	Lauro Müller
E.E.B. Princesa Isabel	Morro da Fumaça
E.E.B. Julieta Torres Gonçalves	Nova Veneza
E.E.B. José do Patrocínio	Siderópolis
E.E.B. Brarão do Rio Branco	Urussanga
E.E.F. Professor Lapagesse	Criciúma
E.E.F. Ângelo Izé	Forquilha
Total	11
Escolas da AMESC	Cidade
E.E.B. Castro Alves	Araranguá
E.E.B. Jacinto Machado	Jacinto Machado
E.E.B. Manoel Gomes Baltazar	Maracajá
E.E.B. Meleiro	Meleiro
E.E.B. Ângelo Scarpa	São João do Sul
E.E.B. Bulcão Viana	Praia Grande
E.E.B. Catulo da Paixão Cearense	Sombrio
E.E.B. Gov. Ildo Meneghetti	Passo de Torres
E.E.B. Jorge Schutz	Turvo
E.E.B. Pedro Simon	Ermo
E.E.B. Timbé do Sul	Timbé do Sul
Total	11
Escolas da AMUREL	Cidade
E.E.B. Marechal Luz	Jaguaruna
E.E.B. Prof ^a Eulina Heleodoro Barreto	Imaruí
E.E.B. Henrique Lage	Imbituba
E.E.B. Hercílio Luz	Tubarão
E.E.B. Dom Joaquim	Braço do Norte
Total	05
Total Geral	27

Fonte: GRUPEHME/CEMESSC (2013).

Uma observação importante faz-se necessária: as condições de guarda do acervo escolar diferem de escola para escola; algumas guardaram apenas os documentos que fazem parte do arquivo corrente, ou seja, aqueles que necessitam consultar frequentemente. Outras

não descartaram documentos considerados de teor mais histórico, mantendo muito material no chamado “arquivo morto”, apesar das condições inadequadas.

A organização dos arquivos escolares deveria seguir a necessidade de consulta aos documentos.

Dessa forma, cada escola poderia se organizar a partir das três diferentes classificações de arquivos: arquivo corrente, intermediário e permanente. O que se percebe é que os documentos são eliminados, sem uma avaliação de seu caráter histórico, e as escolas acabam por não constituir

um arquivo permanente, local onde os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo deveriam definitivamente ser preservados de acordo com Lei nº 8.159/91, já citada, em seu art. 8º.

Mas é preciso frisar que algumas escolas já começam a ter uma preocupação diferenciada com seus acervos documentais, objetos e mobílias. Algumas estão criando espécies de minimuseus no próprio ambiente escolar. Encontramos em algumas escolas a disposição de espaços que guardam artefatos e documentos antigos das mesmas. Algumas dispuseram de armários com vidro como suportes para a guarda e os distribuíram pelos corredores da escola, outras destinaram uma ala da biblioteca para exposição permanente desses artefatos. Pode-se afirmar que se trata da tentativa de musealização da cultura material escolar. No entanto, percebe-se o desconhecimento para esse fim, no que diz respeito à organização temática, higienização e condições de ambiência para a preservação, o que pode levar a curto espaço de tempo à deterioração desses bens móveis, alguns expostos a luz, outros à poeira e umidade. O que importa assinalar nesse momento é a sensibilidade dos gestores desses educandários para com a importância dos acervos. Nosso Grupo de Pesquisa não pode, nesse momento, alcançar todo o acervo escolar, como expomos no início desse texto; nosso objetivo centrou-se na parte documental.

Com o intuito de realizar a digitalização dos documentos, foi necessário selecioná-los. Mesmo entendendo que todos possuem valor histórico, em virtude do limite de tempo e de pessoal, foram escolhidos alguns exemplares por décadas, principalmente, no que diz respeito

àqueles de cunho mais administrativo, como livros de chamada, de notas, entre outros. Ao realizar tal procedimento, havia o entendimento de que essa seleção foi antecedida por outras, afinal, a guarda de alguns documentos e objetos, bem como o descarte de outros ocorreu durante toda a existência da escola. Alguns foram guardados em função de sua importância oficial, outros devido a certa “consciência histórica” dos que administraram a escola em outros tempos.

O processo de seleção do que deve ser guardado e descartado envolve o valor atribuído aos documentos por parte dos responsáveis. Ao longo dos anos, diante da dinâmica da vida, é comum mesmo nos acervos domésticos algumas coleções perderem importância e serem descartadas dando lugar para outros objetos. Outros, no entanto recebem cada vez mais importância e se tornam insubstituíveis (Costa, 1994) Se esse processo ocorre com os acervos domésticos pertencentes a uma pessoa, imaginemos que em uma escola, por onde passam dezenas de pessoas, como avaliar a importância de documentos insubstituíveis? Essa avaliação depende da formação dos responsáveis e nem sempre as pessoas que cuidam dos arquivos escolares possuem conhecimento na área. Assim, tais acervos permanecem vulneráveis nos ambientes escolares.

Esses processos de seleção remetem para a afirmação de Michel de Certeau (2002, p. 81), quando diz que

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro

trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto.

Conscientes da mudança realizadas junto aos documentos dos educandários envolvidos, em relação à localização e ao seu estatuto, iniciamos o trabalho de digitalização. Para que fosse possível digitalizar os documentos de diferentes dimensões e tipologias, com o uso de equipamentos mais adequados, após a seleção, estes foram deslocados para a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC), com autorização prévia das escolas, mediante um Termo de Compromisso⁷. Antes de serem digitalizados, houve a remoção manual de encadernações, grampos e cliques, fitas adesivas, além do conserto de páginas rasgadas dos documentos (quando possível). Na sequência, os documentos foram pré-classificados em grupos específicos.

Após a digitalização, a etapa seguinte foi a da compactação das imagens digitalizadas, técnica que reduz o tamanho para armazenamento e transmissão na *internet*. Em seguida, os documentos e imagens foram catalogados por meio de uma planilha elaborada por profissionais da área de biblioteconomia, os quais atuam na Biblioteca Central da UNESC. As informações contidas nas planilhas foram lançadas no sistema de busca que utiliza o *software Pergamum* – Sistema Integrado de Bibliotecas, empregado pela biblioteca da instituição. Nem todos os documentos textuais e iconográficos foram disponibilizados na íntegra, via *web*, ou seja, conteúdo acompanhado da imagem; alguns contaram apenas

⁷ Neste termo, foram listados todos os documentos para que, no ato de entrega, ocorresse a conferência.

com as informações a seu respeito e a imagem não foi veiculada.

O procedimento descrito ocorreu em função do tipo de informação que trazia o documento, como, por exemplo: imagens individuais sem autorização e documentos que traziam dados como notas referentes ao rendimento escolar de alunos e alunas, informações consideradas sigilosas. Dessa forma, tomou-se o cuidado para não expor determinados registros, uma vez que isso poderia ofuscar a imagem que as pessoas tentaram ou tentam guardar de si mesmas.

Além das cópias digitais disponíveis na página virtual do CEMESSC, os/as pesquisadoras/as têm a possibilidade de entrar em contato com elas na íntegra em suporte (DVD), uma vez que fazem parte do acervo da Biblioteca Central da UNESCO. Cada escola conta, também, com um conjunto de três DVDs: no primeiro volume, estão os documentos disponibilizados na íntegra (conteúdo e imagem); no segundo, estão aqueles não disponíveis na íntegra (apenas conteúdo) e, por último; o terceiro volume que armazena os documentos sem identificação que não foram lançados no banco de dados da página virtual do CEMESSC.

Paralelamente a esta etapa, a página foi construída com o auxílio de dois profissionais, um da área de informática e outro da área de *design* gráfico. Atualmente, a página virtual do CEMESSC está hospedada no *site* do Centro de Documentação (CEDOC⁸), na parte de Acervos/Coleções, no item Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC), no endereço: http://www.bib.unesc.net/muesc/muni_07.php.

Como as fontes textuais, iconográficas e museológicas originais pertencem às escolas e, consequentemente, ao poder público estadual, foi formalizado um convênio entre a UNESCO e a Secretaria do Estado de Santa Catarina, que permite a veiculação das informações e imagens na página virtual do CEMESSC⁹.

No ano de 2011, o GRUPEHME, além do financiamento obtido junto ao CNPq, também pôde contar com recursos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) para implementar algumas atividades vinculadas ao projeto do CEMESSC, tendo como principal objetivo sensibilizar a comunidade acadêmica e escolar sobre a preservação do patrimônio escolar. No mesmo ano, foi organizado o III Colóquio História e Memória da Educação com o tema “Cultura, Patrimônio Escolar e Desenvolvimento”. Com a mesma finalidade, foi ofertada uma oficina sobre organização e preservação dos acervos escolares para equipes diretivas das escolas abrangidas pelo CEMESSC.

Também foi ofertada a disciplina “Cultura, Patrimônio Escolar e Desenvolvimento Nacional”¹⁰, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESCO, tendo como uma das referências, para os trabalhos finais, as fontes disponíveis no acervo do CEMESSC. Todas essas etapas só foram alcançadas a partir do envolvimento dos membros ativos do GRUPEHME, além dos/as bolsistas de iniciação científica financiados por programas de pesquisa da UNESCO e CNPq¹¹. Sem a participação efetiva e comprometida desses/as acadêmicos/as, o projeto não teria finalizado.

O CEMESSC enquanto lócus de pesquisa: possibilidades para os estudos sobre a cultura escolar

Apesar da forte cultura do descarte ou da guarda de documentos em ambientes totalmente insalubres, foram encontrados muitos que resistiram às intempéries do tempo, como: álbuns de fotografias de eventos escolares, livros atas (associações auxiliares da escola, exames, vida escolar, correspondências, termos de visitas, certificados, avisos, honra ao mérito, visitantes, chamadas, notas, matrícula, exames finais, exames de admissão, penas aplicadas, inventários, lições diárias, registro de compras, cooperativa escolar, registro de professores/funcionários, reuniões pedagógicas, balancetes, conselhos familiares, associações de pais e professores, correios escolares, frequência diária, atividades de datas comemorativas, termos de compromissos, conselhos de classe, quitação escolar, ocorrências, conselhos deliberativos), planos de aulas, regimentos, estatutos, plantas escolares, programas de eventos escolares, discursos, hinos, convites, documentos de instalação das escolas, recortes de jornais, decretos e portarias, relatórios, fichas cumulativas, livros antigos entre outros.

Entre as várias possibilidades de pesquisa no campo da história da educação, acerca de seus acervos, é possível localizar fontes que permitem a reconstrução da cultura escolar sendo que esta é produtora de uma “cultura própria e original, constituída por e constituínte também da cultura social” (Vidal, 2005, p. 5).

⁸ Disponível em: http://www.bib.unesc.net/muesc/muni_03.php

⁹ Termo de convênio Nº 19.010/2011-1.

¹⁰ Disciplina ofertada no PPGE/UNESC, no segundo semestre de 2011, tendo como ministrantes as professoras doutoras Giani Rabelo e Marli de Oliveira Costa, ambas vinculadas ao PPGE/UNESC.

¹¹ Mariane Rocha Niehues (Curso de Pedagogia), Gilmar Duarte Plácido (Curso de História), Cíntia Gonçalves Martins (Curso de História), Taise Figueiredo (Curso de História) e Vanessa Corrêa Cordeiro Cloth (Ensino Médio – CEDUP).

Autores como Viñao Frago (1995) e Dominique Julia (2001) nos auxiliam na compreensão do conceito de cultura escolar. Para Viñao Frago, a compreensão da cultura escolar passa necessariamente pela consideração que vai desde a sociologia das organizações até a antropologia das práticas cotidianas. Nesse sentido, “a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de idéias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas” (Viñao Frago, 2000, p. 100). Isso expressa que no interior da escola são produzidos “modos de pensar e de atuar que proporcionam” a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas” condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos (Viñao Frago, 1995, p. 68-69). Já Dominique Julia (2001, p. 10) concebe a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. O autor ainda entende que a cultura escolar “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou popular”. Para o autor, analisar a cultura escolar dos estabelecimentos escolares, por meio de seus documentos e utensílios, implica considerar as relações culturais operadas nos educandários em direção a outros campos sociais, suas formas e conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção aos educandários.

As fontes textuais, iconográficas e museológicas identificadas e digitalizadas ou fotografadas, apresentam-se como “vestígios”, “pistas”, “zonas privilegiadas” como coloca Ginzburg (1989). Segundo ele, permitem decifrar a forma como os processos educacionais foram elaborados, repassados e consumidos por professores, alunos e a comunidade escolar. Mas é importante ressaltar que “o historiador se vê com a tarefa de reconstruir o que ‘não existe mais’, o que se configura em um movimento que é sempre problemático e incompleto, e que só pode proporcionar uma representação do passado” (Menezes *et al.*, 2005, p. 67).

O acervo digital do CEMESSC abre a possibilidade de inúmeras pesquisas no campo da história da educação, entretanto, “as mídias digitais fornecem filtros para as informações que se busca, mas quem propõe as buscas, faz a filtragem e cruzamentos de dados e atribui significados a eles é o pesquisador” (Razzini, 2008, p. 148).

Este acervo informará sobre a vida escolar, mais precisamente sobre a cultura escolar e práticas escolares, constituídas em diferentes movimentos históricos, em distintos lugares. No entanto, isso só se materializará se os/as pesquisadores/as lançarem questões a esse conjunto de documentos. As análises não devem partir do “horizonte documental”, e sim do “horizonte histórico”, ou seja, de problemas históricos, pois o trabalho documental e o trabalho de pesquisa são faces da mesma moeda, como afirma Menezes (1999).

Um documento só se torna um documento histórico quando o pesquisador o problematiza, interroga-o a partir de um problema de pesquisa. Além disso, todo documento, seja ele escrito, oral, iconográfico ou

material, é um monumento. Para Le Goff (2003), todo documento tem em si um caráter de monumento, pois não existe memória coletiva bruta. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (Le Goff, 2003, p. 545).

Os documentos, sejam eles oficiais ou não, não são portadores da verdade, devem ser problematizados e cotejados com outras fontes, uma vez que

O cruzamento e confronto das fontes poderá também ajudar no controle da subjetividade do pesquisador. É uma operação indispensável. Há uma expressão antiga que diz bastante do incansável trabalho que se há de ter com o entretecer do problema, com as questões formuladas e a ida às fontes: “*da bigorna à forja, da forja à bigorna*” (Lopes e Galvão, 2005, p. 93).

Apesar de o CEMESSC ter sido implantado recentemente¹², seu acervo tem sido alvo de pesquisas acadêmicas, sejam de iniciação científica, monografias de conclusão de curso, dissertações ou projeto de pesquisa vinculado ao GRUPEHME, alguns concluídos e outros em andamento.

No ano de 2010, um grupo de pesquisadores/as, entre eles/elas as professoras que coordenam o CEMESSC, aprovou um projeto de pesquisa no âmbito Edital MCT/CNPq/MEC/CAPEs nº. 02/2010 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, tendo como problema central os conhecimentos que a memória escolar, salvaguardada pela tecnologia digital, pode suscitar sobre as práticas escolares das escolas públicas do sul de Santa Catarina, tendo como locus os documentos digitalizados das escolas estaduais da AMREC. Os/as pesquisadores/as lançaram

¹² Foi realizado um lançamento oficial do CEMESSC para a comunidade acadêmica e escolar no dia 21 de junho de 2012 em evento organizado pelo GRUPEHME.

questões aos documentos a partir dos focos de pesquisa dos grupos de pesquisa dos quais fazem parte, bem como à Linha de Pesquisa “Educação, Linguagem e Memória” do Programa de Pós-Graduação em Educação/UNESC. As problematizações versaram sobre os seguintes temas: os livros de leitura e sua recepção; as regras de civilidade e a educação escolarizada; o uso da memória, resguardada por meio de registros junto às escolas, para o estudo da língua; a construção da identidade nas atas da Liga Pró-Língua Nacional e, por último, a sensibilidade ambiental na experiência pedagógica dos Clubes Agrícolas implantados na região sul de Santa Catarina na década de 1940. Este estudo foi concluído em 2012. Neste mesmo ano foi aprovado novo projeto, tendo como temática “As Associações Auxiliares da Escola e a cultura escolar: prescrevendo condutas e ensinando conhecimentos”, pelo Edital/Chamada Universal 14/2012, tendo como lócus todas as escolas do CEMESSC.

A partir do acervo do CEMESSC, é possível lançar vários olhares, uma vez que ele pode ser comparado a um caleidoscópio, pois permite várias abordagens. É possível, por exemplo, em uma pesquisa de cunho historiográfico, extrair dos documentos aspectos da cultura material das escolas envolvidas. Mas, para fazer esse exercício, é preciso construir um objeto de pesquisa no campo da história da educação que tenha como “pano de fundo” compreender aspectos da materialidade da escola. É a partir da elaboração de um questionamento que será desenvolvido o trabalho de coleta de dados, norteado por um campo conceitual e metodológico.

Como já apontado, se o descaso com a massa documental das escolas é algo recorrente e de conhecimento dos/as pesquisadores/as da história da educação, as coisas se complicam

mais ainda quando se trata de ter artefatos e utensílios escolares como fontes de pesquisa, pois

A dificuldade em localizar os elementos dessa cultura material escolar tem levado pesquisadores a buscar indícios da materialidade da escola e da escolarização em um leque alargado de fontes. Não apenas vem sendo revisitada a documentação escrita, como a documentação oral e iconográfica [...] (Vidal e Silva, 2010, p. 32).

O mundo material, ou melhor, os vestígios materiais oferecem um terreno fértil para a compreensão da materialidade das relações que são construídas historicamente no cotidiano da escola e fora dela. Entre esses vestígios, encontram-se os documentos textuais, iconográficos e museológicos, que fazem parte do patrimônio escolar, os utensílios escolares – mobiliários, materiais pedagógicos, manuais didáticos e tantos outros –, bem como a arquitetura dos edifícios escolares. Neste sentido, o CEMESSC representa um “canteiro fértil” do qual poderão germinar inúmeras pesquisas no campo da história da educação.

Considerações finais

A organização de locais de armazenamento de acervos referentes à história da educação possibilita inúmeras pesquisas, além de garantir mais uma forma de salvaguarda diante da ameaça do descarte.

Com a implantação do CEMESSC, espera-se contribuir para o fortalecimento da cultura de valorização do patrimônio escolar por parte de todos os segmentos das comunidades escolares, ou seja, gestores/as, professores/as, funcionários/as, alunos/as e pais.

É importante ressaltar que preservar os acervos documentais dessas instituições não desobriga da responsabilidade em contribuir para a

preservação dos documentos impressos e de objetos escolares; por isso a necessidade de se pensar em ações que atuem no campo da preservação do patrimônio escolar, sensibilizando os vários sujeitos para a guarda da materialidade produzida nelas. Um dos retornos desse trabalho é o fato de perceber que, de alguma forma, muitas delas envolvidas já se encontram sensibilizadas quanto à importância da preservação do patrimônio escolar para a identidade do próprio estabelecimento e da comunidade em geral.

Além de dar visibilidade às experiências construídas no ambiente escolar em diferentes espaços e temporalidades, o CEMESSC não só preservará, em meio digital, o acervo documental e material das 27 (vinte e sete) escolas da rede estadual de educação do sul de Santa Catarina, mas será um meio eficaz para a divulgação destas fontes, tanto para o meio acadêmico, quanto para a comunidade escolar. De alguma forma, o CEMESSC também poderá contribuir para que outros grupos de pesquisa, no campo da história da educação, possam seguir na esteira da preservação de fontes nas mais diferentes regiões do país.

No âmbito acadêmico, o CEMESSC continuará suscitando projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e dissertações no campo da História da Educação. Considera-se que se trata de um projeto inovador e instigante, pois exigiu de seus idealizadores/as a busca de conhecimentos, técnicas até então desconhecidas, bem como parcerias com outras áreas do conhecimento, principalmente no campo da informática.

Implantar o CEMESSC em meio virtual não resolverá o problema do descaso com os acervos escolares; por isso, os membros do GRUPEHME oferecem oficinas aos representantes das escolas envolvidas sobre a guarda e conservação de documentos.

Mas, além da preservação em meio digital e da orientação às equipes gestoras sobre a importância de postura em relação ao patrimônio escolar, é preciso que sejam lançadas políticas públicas voltadas para a preservação da cultura material escolar a médio prazo; caso contrário, os vestígios que ainda restam das experiências escolares desaparecerão, impedindo que sejam reconhecidas e ressignificadas pelos seus sujeitos e pesquisadores/as.

Com este trabalho colaboramos para a socialização desses documentos enquanto fontes de pesquisa para a produção científica, de forma a contribuir para a historiografia da educação catarinense e, principalmente, garantir o direito à cultura dos cidadãos e cidadãs das comunidades escolares e, por conseguinte, à memória coletiva e ao passado histórico.

Referências

- BENJAMIN, W. 1994. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 253 p.
- BRASIL. 1991. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.159-1991?OpenDocument. Acesso em: 10/03/2012.
- BRASIL. 2002. Decreto nº 4.073 de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4073-3-janeiro-2002-430431-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/07/2013.
- CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SUL DE SANTA CATARINA (CEMESSC). [s.d.]. Disponível em: <http://www.cemessc.net>. Acesso em: 20/03/2012.
- CERTEAU, M. de. 2002. Capítulo II: Operação historiográfica. In: CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 65-119.
- CHARTIER, R. 2002. *Os desafios da escrita*. São Paulo, UNESP, 144p.
- CÍCERO, A. 2008. Guardar: poemas escolhidos. In: A. CÍCERO, *Guardar*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Record.
- COSTA, M.C.C. 1994. *O objeto, o colecionador e o museu*. *Revista Imaginário*, 2:37-45.
- GINZBURG, C. 1989. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Cia das Letras, 281 p.
- JULIA, D. 2001. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1(1):9-43.
- LE GOFF, J. 2003. *História e memória*. Campinas, Ed. UNICAMP, 544 p.
- LOPES, E.M.T.; GALVÃO, A.M. de O. 2005. *História da educação*. Rio de Janeiro, DP&A, 120 p.
- MARTINS, N. do R.; REINEY, A.; PIRES, R. 2001. Digitalização de documentos. Disponível em: http://www.powerbrasil.com.br/pdf/Digitalizacao_Unicamp.pdf. Acesso em: 12/11/2010.
- MENEZES, M.C.; SILVA, E.C.L. DA; TEIXEIRA JÚNIOR, O. 2005. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. *Horizontes*, 23(1):67-76. Disponível em: http://webp.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-8%5B6257%5D.pdf. Acesso em: 05/03/2012.
- MENEZES, U.T.B. de. 1999. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: Z.L. da SILVA (org.), *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo, Editora UNESP, FAPESP, p. 11-29.
- MIGNOT, A.C.V. 2003. *Papéis guardados*. Rio de Janeiro, UERJ, Rede Sirius, 48 p.
- MOGARRO, M.J. 2005. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas: preservar a informação, construir a memória. *Revista Pro-Posições*, 16(1):103-116.
- MOGARRO, M.J. 2010. Inventário e digitalização do patrimônio museológico da educação: um projecto de preservação e valorização do patrimônio educativo. *Revista História da Educação*, 14(30):153-179.
- NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10(10):7-28.
- RAZZINI, M. de P.G. 2008. Acervos e pesquisas em história da educação: das vitrines do progresso aos desafios da conservação digital. *História da Educação*, 12(25):131-151. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29063>. Acesso em: 10/04/2014.
- SOUZA FILHO, C.F.M. de. 1999. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre, EU/Porto Alegre, 153 p.
- VALENTE, W.R. 2005. Arquivos escolares virtuais: considerações sobre uma prática de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, 10(1):175-192.
- VIDAL, D.G. 2005. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: R.F. de SOUZA; V.T. VALDEMARIN (org.), *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, Autores Associados, p. 3-30.
- VIDAL, D.G.; SILVA, V.L.G. 2010. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. *Linhas (UDESC)*, 11(2):29-45. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/212>. Acesso em: 10/04/2012.
- VIÑAO FRAGO, A. 2000. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *Contemporaneidade e Educação*, 5(7):93-110.
- VIÑAO FRAGO, A. 1995. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, 00:63-82.

Submetido: 25/05/2012

Aceito: 21/09/2013

Giani Rabelo
Universidade do Extremo Sul
Catarinense
Av. Universitária, 1105
Bairro Universitário
88806-000, Criciúma, SC, Brasil

Marli de Oliveira Costa
Universidade do Extremo Sul
Catarinense
Av. Universitária, 1105
Bairro Universitário
88806-000, Criciúma, SC, Brasil